



Municípios querem parte das receitas do IVA

Poder local Presidente da Câmara de Lisboa quer que autarquias sejam compensadas pela diminuição de receitas do IMT e da derrama

O presidente da Câmara de Lisboa defendeu ontem que os municípios devem receber uma parte das receitas do IVA para compensar o previsto fim de "impostos fundamentais", como o IMT e a derrama.

António Costa destacou que a receita fiscal dos municípios diminuiu nos últimos anos cerca de 16% e que "impostos fundamentais", como o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e a derrama, não só têm vindo a diminuir como deverão ser extintos.

"A extinção destes impostos tem de ter por contrapartida a criação de novas receitas do ponto de vista municipal. A receita que me parece mais adequada é que os municípios passem a participar numa parte da receita que o Estado cobra do IVA. Não é aumentar o IVA. É passarmos a participar numa parte do IVA", defendeu.

Para António Costa - que falava na conferência "A nova Lei das Finanças Locais", promovida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas -, esta seria uma forma de incentivar os mu-



D.R.

António Costa teme pela inexistência de recursos para comparticipar nos apoios comunitários

nicipios a concentrarem-se na promoção da actividade económica do concelho e a estabelecer uma maior equidade entre os vários municípios.

Quanto à percentagem de IVA a receber pelos municípios, para António Costa, é uma questão a "trabalhar com o Estado". "Dou um exemplo: basta os municípios participarem em 2% da receita do IVA para

cobrirem o que recebem hoje na derrama", realçou.

Costa teme que, sem um novo modelo de financiamento, os municípios percam autonomia em relação ao Estado e que mesmo os que hoje vivem sobretudo de receitas próprias passem a concorrer com os outros na repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Por outro lado, considera que

pode estar em causa a distribuição de verbas do quadro comunitário, a partir de Janeiro de 2014 "as únicas verbas que poderemos ter como certas nos próximos anos para investimento", porque com esta "asfixia na capacidade de mobilização de recursos por parte dos municípios", a componente de comparticipação nacional pode não ser assegurada. ◀